

FONTE : O Liberal

DATA : 14. 10. 83

Lucio Flavio Pinto

4468 Guerra do ouro

O Presidente da República tem prazo de 15 dias para decidir se sanciona ou veta o projeto do deputado Sebastião Rodrigues de Moura, aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado, prorrogando por mais cinco anos a garimpagem em Serra Pelada. Não se sabe ainda com certeza que decisão o Presidente irá adotar.

O autor do projeto aposta na sanção. Ele crê que o general João Figueiredo respeitará a decisão do Parlamento, convicto que está da constitucionalidade de sua iniciativa. Mas há muitos setores crentes de que o Presidente vetará a lei, com base em dois motivos: ela atropela o direito adquirido da Companhia Vale do Rio Doce, sendo por isso inconstitucional e choca-se com a diretriz do governo para o encerramento da garimpagem a 15 de novembro.

Caso o Presidente não a sancione, a lei só entrará em vigor se 2/3 do Parlamento derubar o veto do Chefe do Executivo. O próprio deputado Curió reconhece as enormes dificuldades para mobilizar 2/3 das duas casas legislativas dentro do prazo legal. Até que saia a decisão presidencial ele parece ter decidido centrar seu fogo contra os argumentos expostos pela CVRD e pelo DNPM. Pretende demonstrar, usando a imprensa como canal de expressão, que:

1 — Com terraplenagem e rebaixamento de barrancos o trabalho dos garimpeiros é seguro.

2 — A substituição da garimpagem pela lavra mecanizada não incrementará a produção de ouro, ao menos em escala expressiva.

3 — Mas essa substituição terá efeito danoso do ponto de vista social.

4 — Os órgãos de assessoria do governo agem de má fé nessa questão, envolvidos na disputa do ouro, que aguçam fortes interesses econômicos.

Curió perdeu a primeira batalha, quando o general Figueiredo preferiu seguir as recomendações dos técnicos e não mais a palavra do ex-coordenador de Serra Pelada, seu representante direto até recentemente na área. Mas o deputado garante que não perdeu a guerra. Uma vantagem da disputa é que as informações começam a aflorar melhor, possibilitando análises mais profundas.

CARTA

Há alguns dias o deputado estadual Haroldo Bezerra escreveu uma carta à coluna, não publicada devido ao acúmulo de questões a tratar. Hoje, transcrevo-a para não deixá-lo sem o direito de defesa.

Diz a carta:

"Apreciador de sua coluna editada diariamente em O Liberal, não só pela importância dos assuntos que nela são focalizados com absoluta isenção de ânimo, como também pela versatilidade que bem demonstra a capacidade intelectual do mais alto nível do jornalismo paraense. Li com a devida atenção, o artigo de sua autoria subordinado ao título "Os deputados e o garimpo", em que o ilustre jornalista detém-se em fazer uma avaliação do episódio ocorrido em Serra Pelada, quando eu e o eminente deputado Gabriel Guerreiro fomos impedidos de ingressar naquela área de exploração aurífera, mesmo com o respaldo de sermos membros da Comissão Especial da Assembléia Legislativa, instituída para apurar "in loco" os efeitos que advirão com o fechamento do garimpo, mais precisamente da lavra manual, marcado para o dia 15 de novembro próximo.

Em princípio, devo esclarecer que o artigo foi bastante oportuno, principalmente quando o conhecido homem de imprensa analisa o comportamento dos responsáveis pelo garimpo de Serra Pelada que, ao invés de exporem os motivos que consideram prejudiciais ao seu programa de ação, com a interferência de políticos no caso em tela, preferiram impor proibições a estes, quando todos sabem que o objetivo que levou os parlamentares àquela área, visava tão somente preservar os direitos dos garimpeiros e mostrar ao próprio poder público a gravidade do problema se consumada a interdição do garimpo.

Em que pese o equilíbrio e a sensatez com que V. Sa. analisou o acontecido, cabe um reparo à parte final do artigo, no momento em que se refere à minha pessoa portando uma Carteira de Garimpeiro. Devo informá-lo que desde 1981 deixei a atividade de garimpagem, resguardando-me a posse da Carteira como uma espécie de "passe", para uso quando achasse necessário ir à Serra Pelada.

Por outro lado, é ainda oportuno salientar que, procurando obedecer às normas legais, depois que obtive a renovação desse documento, lá estive apenas três vezes, a primeira, em companhia do deputado federal Sebastião Curió Rodrigues de Moura, para agradecer a significativa votação que me foi dada, a segunda, em visita a amigos que fiz ao longo da campanha eleitoral, e a terceira, como integrante da Comissão Especial da Assembléia, com a missão amplamente divulgada pela imprensa.

Informo ainda ao ilustre amigo que não tenho cata nem estou diretamente envolvido com serviços de Serra Pelada. Se utilizei a carteira de garimpeiro, foi pelo fato de que, segundo os responsáveis pelo garimpo, a mesma dá condições de acesso à Serra Pelada sem qualquer protocolo.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar os meus protestos de estima e consideração".